

EDITORIAL

Prezados leitores e leitoras,

É com grande satisfação que apresentamos o volume 76, número 1, da Revista do Serviço Público (RSP), uma publicação trimestral da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Este número traz uma seleção de artigos que refletem a diversidade e a complexidade das políticas públicas e da gestão governamental no Brasil, abordando temas que vão desde a cidadania financeira até a descentralização de compras públicas, passando pela análise de cargos comissionados e a educação profissional.

Abrimos esta edição com o artigo “A propositional analysis of local government capacity in Brazil”, de Flávio Fontanelli, Antônio Sérgio Araújo Fernandes, Eduardo Grin, Marco Antônio Carvalho Teixeira e Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento, no qual os autores trazem uma análise proposicional da capacidade dos governos locais no Brasil. O artigo discute a capacidade dos governos municipais para implementar políticas públicas, propondo um Índice Multidimensional de Capacidade de Governo Local com base no caso brasileiro, modelo analítico que pode ser útil para avaliar e fortalecer a gestão local.

Em seguida, apresentamos o artigo “Institucionalismo discursivo: narrativa e resultados de Cidadania Financeira no Programa Bolsa Família”, de Julia Ximenes e Gláucia Coelho. As autoras investigam como as narrativas governamentais influenciaram as ações de Cidadania Financeira no Programa Bolsa Família (PBF) entre 2004 e 2022. Utilizando a lente analítica do Institucionalismo Discursivo, o estudo revela como as mudanças políticas e sociais transformaram as narrativas sobre o PBF e suas iniciativas de inclusão financeira, destacando a importância das ideias na definição das políticas públicas.

Já os autores Yuri Raion de Jesus Ramos e Marcelo Henrique Pereira dos Santos apresentam o artigo “Cargos em comissão na administração pública brasileira: uma análise sob a ótica da teoria burocrática aplicada à Câmara dos Deputados”. Os autores analisam a desproporção entre o número de cargos comissionados e servidores efetivos na Câmara dos Deputados, questionando se as nomeações são justificadas pela qualificação técnica dos ocupantes. O estudo sugere que a falta de critérios meritocráticos pode comprometer a eficiência e a impessoalidade da administração pública, contrariando os princípios da burocracia weberiana.

No artigo “Implementação descentralizada da compra de gêneros alimentícios no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar”, Sandro Pereira Silva reflete sobre as mudanças trazidas pela Lei nº 11.947/2009, que exige que 30% dos recursos do PNAE sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar. O autor analisa os desafios e as estratégias de coordenação federativa para implementar essa política, destacando a complexidade do processo e as diferenças regionais na execução.

As autoras Regina Keiko Hasegawa e Luciana Carvalho contribuem com o artigo “Uma pesquisa bibliométrica das publicações nas bases Spell e Scopus sobre governo eletrônico e os municípios”, que realiza um mapeamento das publicações acadêmicas sobre governo eletrônico, com foco nos municípios. O artigo conclui que, embora haja uma quantidade significativa de pesquisas sobre Governo Eletrônico, ainda persiste uma lacuna teórica-empírica desses estudos quando relacionados a municípios.

Outro artigo desta edição é o texto “Uma década do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e as parcerias no Brasil: revisão do escopo dos trabalhos publicados entre 2014-2023”, de Bruna de Moraes Holanda, Laura Vieira Neves e João Victor Freitas Machado, que revisam a produção acadêmica sobre o MROSC, analisando como as parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil evoluíram ao longo de uma década, com implicações para a gestão pública e a participação social.

Por fim, no campo da educação profissional, José Tavares da Silva Neto e Maria D’Alva Macedo Ferreira apresentam o artigo “Mercado de trabalho piauiense e educação profissional: entre as exigências de formação profissional e a oferta da política pública de educação profissionalizante”. O estudo examina as demandas do mercado de trabalho no Piauí e a oferta de políticas públicas de educação profissional, destacando os desafios de alinhar a formação profissional às necessidades locais.

A equipe editorial da revista agradece aos pareceristas que dedicaram seu tempo e expertise à análise e à revisão crítica dos artigos enviados à Revista do Serviço Público em 2024, colaboradores fundamentais para o constante aperfeiçoamento e a manutenção da qualidade desta publicação.

Que a Revista do Serviço Público siga inspirando novas abordagens e reflexões em políticas públicas e gestão governamental em suas edições de 2025, tanto as regulares quanto as temáticas.

Boa leitura!

Alexandre de Ávila Gomide

Editor-Chefe